

**Boletim DEPE, Ano II, n.6 – Junho/Julho 2017**

A economia brasileira, embora denote alguns indicadores tópicos de crescimento, ainda carece de um padrão de política econômica e de medidas que possam apontar para uma retomada das atividades. Outro fator inegável de instabilidade é a crise política, cujos desdobramentos imprevisíveis afloram a incerteza futura e a insegurança para tomadores de decisão. A despeito do discurso oficial de que “tudo segue normalmente”, a verdade é que o quadro político-econômico reflete um elevado grau de incerteza, o que vislumbra um cenário de uma muito provável estagnação em 2017, depois de dois anos de recessão, o que torna a estrutura e a base de comparação muito frágeis.

## 1. Brasil: Nível de atividade

### 1.1. Indústria

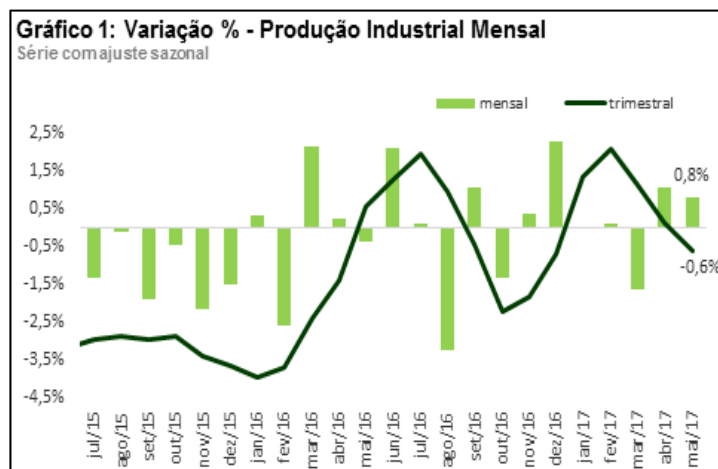
Em maio a produção física industrial apontou um crescimento de 0,8%, descontados os efeitos sazonais. As variações dos meses anteriores sofreram revisões por parte do IBGE, sendo o dado de abril alterado de 0,6% para 1,1% e o de março, de -1,3% para -1,6%. A série com a variação trimestral móvel de maio foi para campo negativo (-0,6%) (Gráfico 1), indicando uma provável retração no 2º trimestre do ano (2T17), depois de ter apresentado elevação no 1T17.

Na abertura por categoria de uso todos os grupos tiveram crescimento no mês, com destaque para bens de consumo duráveis (6,7%) e bens de capital (3,5%). No primeiro caso, a elevação de 17,6% na margem na produção de automóveis para passageiros foi preponderante. Segundo os dados da ANFAVEA, a produção de veículos segue aumentando, embora as vendas no mercado interno mantenham tendência cadente. Em contrapartida, as exportações têm aumentado sua participação, alcançando 26,8% do total das vendas em maio, contra 21,1% no mesmo período do ano anterior. Ainda no mês, o índice de difusão, que leva em consideração os segmentos que mais contribuíram para o resultado total, ficou em 60,2%, demonstrando que o movimento não foi disseminado por todo setor.

Em 12 meses a produção industrial segue apresentando uma perda de intensidade no ritmo

de queda. A contração de 3,4% em abril reduziu-se para 2,4% em maio. A indústria de transformação teve uma retração de 2,6% em maio contra 3,5% no mês anterior. Já a indústria extrativa mineral também reduziu o seu ritmo de contração, de 2,7% em abril, para 1,4% em maio.

A indústria é o principal setor dinamizador de renda e emprego e vem perdendo participação relativa no PIB brasileiro desde a década de 1990. Na crise recente, porém, a situação vem se agravando ainda mais, pois a manutenção de juros reais elevados em meio à recessão tem dificultado cada vez mais as condições de financiamento, ainda mais em um cenário de escassez de crédito. Outro fator desfavorável tem sido a instabilidade da taxa de câmbio que, na média das últimas duas décadas, se manteve fortemente sobrevalorizada, o que tem impactado negativamente todos os setores da indústria.



Fonte: IBGE

### 1.2. Comércio e Serviços

O volume de vendas do comércio varejista cresceu 1,0%, na série com ajuste sazonal. Assim, no acumulado dos últimos 12 meses, a queda é de 4,6%, a menor desde Jan16 (- 5,3%). Em relação ao mesmo mês do ano passado, houve crescimento de 1,9%, o melhor desempenho desde Out14, quando a taxa foi positiva em 2,2%.

O resultado positivo do mês pode ser atribuído a fatores específicos, como, por exemplo, a liberação do saldo de contas inativas do FGTS. Embora uma parte do total liberado tenha sido

utilizada para redução de dívidas, houve alguma contribuição para o aquecimento do consumo.

Entre as oito atividades pesquisadas, três tiveram desempenho positivo, com destaque para hiper e supermercados, cujo índice subiu 0,9%, após ter acumulado queda de 6,0% nos dois meses anteriores; tecidos, vestuário e calçados (+ 3,5%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (+ 10,2%).

Por outro lado, observou-se resultado negativo dos segmentos de livros, jornais e revistas (-4,1%); eletrodomésticos e móveis (-2,8%); combustíveis (-0,8%); e artigos farmacêuticos e médicos (- 0,4%). A atividade de artigos de uso pessoal e doméstico, por sua vez, manteve-se praticamente estável (+ 0,1%).

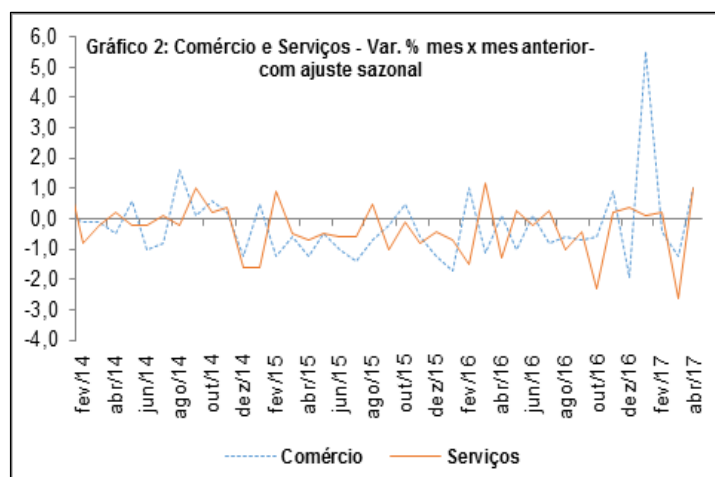
Já no comércio varejista ampliado, que inclui veículos e motos, assim como material de construção, houve crescimento de 1,5%, na série com ajuste sazonal e recuo de 0,4%, na série sem ajuste. Destaca-se, contudo, que a produção de veículos, sobretudo para exportação, tem contribuído de maneira satisfatória para esse indicador.

O setor de serviços, por sua vez, teve expansão de 1,0% no volume, em relação ao mês de março na série ajustada, após ter registrado recuo de 2,6% em março (revisado) e crescimento de 0,2% em fevereiro (Gráfico 2). Na série sem ajuste sazonal, no confronto com abril de 2016, o setor apontou retração de 5,6%, a maior para o mês de abril na série histórica, acompanhando as retrações de 5,2% em março e de 5,3% em fevereiro. Com esses resultados, a taxa acumulada no ano ficou em -4,9% e, em 12 meses, -5,0%.

Por atividade, na série livre de influências sazonais, o segmento de Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio registrou crescimento de 1,0%; os segmentos de Serviços prestados às famílias e Serviços profissionais, administrativos e complementares não apresentaram crescimento (0,0%) e os segmentos de Serviços de informação e comunicação e Outros Serviços registraram quedas de 0,2% e 5,8%, respectivamente. O agregado especial das Atividades turísticas apresentou recuo de 2,0% na comparação com o mês imediatamente anterior.

Assim, pode-se concluir que a atividade econômica vem apresentando resultados melhores, ainda que no saldo acumulado

permaneça em terreno negativo. Porém, dada a mudança metodológica ocorrida nas duas pesquisas acima apresentadas, não se pode afirmar categoricamente qual a dimensão desta melhora, tendo em vista a falta de base de comparação.



Fonte: IBGE

### 1.3. Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego atingiu 13,3% (Gráfico 3) no trimestre móvel encerrado em maio, permanecendo estável em comparação ao trimestre findo em fev/17 (13,2%).<sup>1</sup> No confronto com igual trimestre de 2016 (11,2%), houve aumento de 2,1 pontos percentuais na taxa de desocupação. Desse modo, destaca-se a permanência da deterioração no mercado de trabalho, última variável a mostrar mudança de comportamento diante de uma possível recuperação da atividade.

Entre os fatores que influenciaram o comportamento deste indicador, pode-se apontar:

- Lenta recuperação do PIB, o que não tem permitido grande volume de contratações; destaca-se que os dados positivos do CAGED em maio refletiram o bom momento da agricultura especificamente; e

<sup>1</sup> O IBGE destaca, em nota metodológica, que a utilização do trimestre móvel incorpora uma repetição de dados em torno de 66%, que só deixa de existir após o intervalo de dois trimestres. Por essa razão as comparações são sempre realizadas em relação ao trimestre finalizado dois meses antes da data de referência da pesquisa.

- Aumento de 0,6% na PEA quando comparada com o trimestre encerrado em fevereiro de 2017, estimada 103,5 milhões de pessoas. Frente ao mesmo trimestre do ano anterior houve expansão de 1,1% (acréscimo de 1,2 milhão trabalhadores).

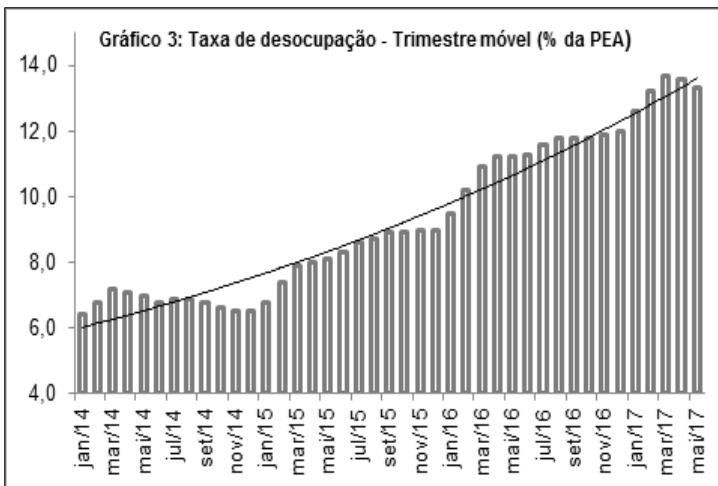
Por outro lado, a população desocupada atingiu 13,8 milhões de pessoas, permanecendo estável em relação ao trimestre encerrado em fev/17 (12,9 milhões) e 20,4% a mais na comparação com o trimestre encerrado em Mai16. Já a população ocupada – atualmente em 89,7 milhões – recuou 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (menos 1,2 milhão de pessoas).

A expressiva perda de empregos com carteira assinada é um ponto importante a destacar, pois se trata do emprego mais qualificado e de remuneração mais alta, além de maior capacidade de financiamento da seguridade social. Frente ao trimestre encerrado em fev/17, esse grupo teve perda de 1,4% (479 mil postos a menos). Na comparação com o trimestre mar-mai/16, a queda foi mais intensa (- 3,4%), equivalente a 1,2 milhão de postos a menos.

Por grupos de atividade, em relação ao trimestre encerrado em fev/17, Construção civil teve recuo de 3,9%, enquanto Indústria geral cresceu 3,0%, Alojamento e alimentação 2,9% e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais 1,9%.

O rendimento médio habitual, por sua vez, se manteve estável em R\$ 2.109 no confronto com período finalizado em fev/17 (R\$ 2.095) e em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 2.102). No mesmo sentido, a massa de rendimento real habitual permaneceu estável em R\$ 184,4 bi, tanto em relação ao trimestre dez16-fev17 quanto na comparação com o período idêntico a 2016.

Nesse sentido, destaca-se quem enquanto se mantiverem em queda os investimentos, o mercado de trabalho permanecerá em deterioração, com demissões, sobretudo no setor de serviços.



Fonte: IBGE

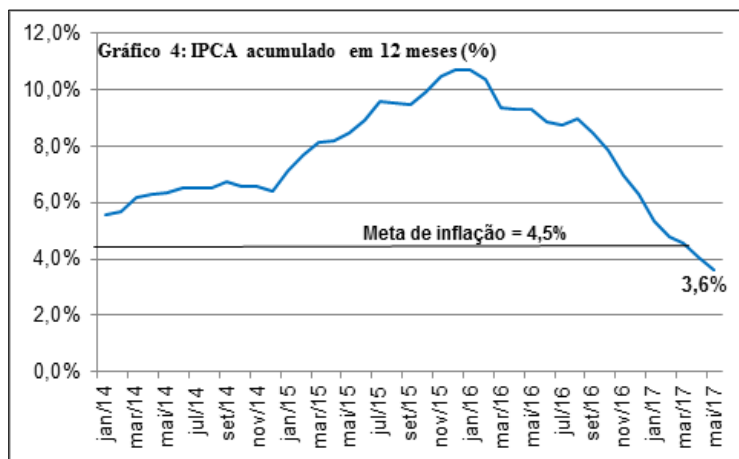
### 1.4. Inflação

A inflação, (IPCA) do mês de maio de 2017 apresentou uma elevação de 0,31% contra 0,14% no mês anterior. Embora tenha acelerado no mês, o IPCA segue em ritmo de queda no acumulando de 12 meses, com alta de 3,59%, ante 4,08% até abril (Gráfico 4). Isso indica que o IPCA dos últimos 12 meses está 0,91 p.p abaixo da meta de inflação (4,5% a.a.). Isso isoladamente representa uma boa notícia, se, entre outros fatores, como safra agrícola e valorização do real, não fosse resultado da maior recessão que se tem registro na história brasileira.

Os grupos de maior influência no resultado do IPCA deste mês, que demonstrou por sinal uma significativa elevação, foi Habitação, que apresentou uma variação de 2,14%, ante uma queda acentuada de 1,09% no mês imediatamente anterior. O grupo vestuário também apresentou alta no mês, de 0,98%, ante 0,48% em abril. Já Alimentos e Bebidas, com peso de 25% nas despesas das famílias, apresentou retração acentuada, de 0,35%. Dentre os produtos mais importantes na mesa do brasileiro, arroz (-1,98%) e frango inteiro (-1,32%) ficaram ainda mais baratos, de um mês para o outro, o óleo de soja (-6,30%) e as frutas (-6,55%), as maiores contribuições negativas no índice do mês, -0,07 p.p.

No mês de junho, o IGP-M recuou 0,67%, após diminuição de 0,93% em maio, acumulando deflação de 1,95% em 2017 e de 0,78%, nos últimos 12 meses. A deflação de junho foi resultado, em grande medida, da queda de 1,22%

no IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), refletindo o declínio de 1,63% das matérias-primas, cujos destaques de baixa foram: minério de ferro (- 11,2%) e óleo diesel (- 4,02%).



Fonte: IBGE

## 2. Juros

A trajetória da expectativa de juros ao longo do mês de Junho/17, capturada através das taxas negociadas no pregão da B3 (Brasil, Bolsa Balcão) continuou sendo, de certo modo, marcada pelos acontecimentos que foram divulgados no final do dia 17 de Maio/17 a despeito do acordo de delação de Joesley Batista, da JBS, e seus desdobramentos.

O comportamento dos juros futuros em cinco datas destacadas denota que, nessas datas, temos os contratos negociados diariamente entre os meses de Julho/17 até Julho/23. Assim, pode-se observar que os juros capturados nos dias 17 e 18 de Maio/17 delimitam o túnel de baixa e alta das taxas por onde percorreu a expectativa de juros ao longo de Junho/17, ou seja, em 02, 16 e 30/06 (Gráfico 5).

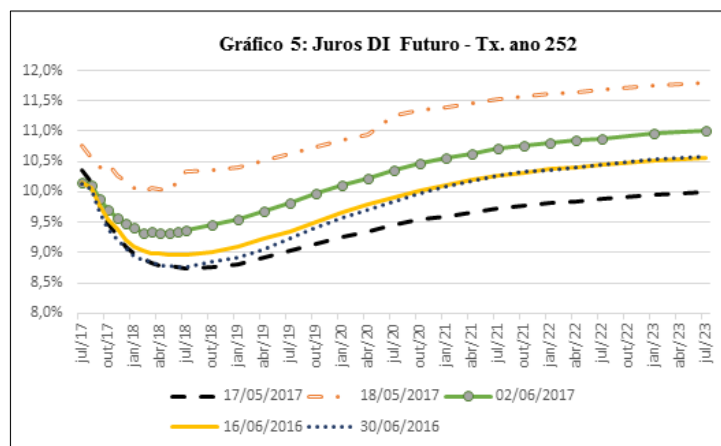
Mais ainda, os contratos futuros com vencimentos até meados de 2020 (início do gráfico) retornam no final de Junho/17 ao patamar negociado no pregão da bolsa do dia 17/05 (data da divulgação). Por exemplo, o contrato com vencimento em Jan/20 estava em 9,28% a.a. subindo para 10,85% a.a. em 18/05 e retornando 9,56% no dia 30/06.

O que explica esse comportamento de “calma” dos agentes pode ser traduzido pelo entendimento de que a saída de mais um presidente da República poderia trazer danos ainda piores à

economia. Portanto, para os analistas do mercado financeiro, Michel Temer ainda tem chances de aprovar as reformas caso consiga se livrar das acusações da Procuradoria Geral, mesmo que através de um grande acordo nacional, com o Supremo, com tudo (*sic!*).

Diante do exposto e da persistência da queda nos indicadores de inflação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu reduzir a meta oficial para 4,25% e 4% para os anos de 2019 e 2020, respectivamente.

O Banco Central, por sua vez, certamente sairá incólume da longa recessão pela qual passa o Brasil, pois, de acordo com os próprios analistas, a autoridade teria feito sua parte ao reduzir a inflação, mesmo que ao custo de um desemprego recorde.



Fonte: BMF & Bovespa

## 3. Contas Externas

As exportações atingiram volume de US\$19,7 bilhões em maio, representando um crescimento de 12,6% em relação a maio de 2016, quando o volume de exportações foi de US\$17,5 bilhões.

Por outro lado, é importante para o saldo na balança comercial considerar o volume de importações que no mês de maio cresceu 8,9% em relação maio de 2016, chegando a US\$12,1 bilhões, também se percebe um crescimento do volume de importações se comparada ao mês de abril de 2017, quando o volume de importações foi de US\$10,7 bilhões, um crescimento de 13,2%.

O crescimento das exportações foi maior que o crescimento das importações, contribuindo para o aumento do saldo positivo da balança comercial brasileira que, por sua vez, ficou em US\$7,6

bilhões, apresentando um valor 0,1% maior do que o apurado em abril de 2017, e 0,2% maior do que em maio de 2016.

As transações correntes apresentaram um superávit de quase US\$2,9 bilhões para o mês de maio, impulsionado pela alta das exportações que alavancaram o saldo positivo da balança comercial, o destaque negativo na conta de serviços fica para os gastos com viagens ao exterior que quase dobraram o déficit nesse tipo de transação em comparação com o mesmo período de 2016.

Na comparação com 2016, pode-se notar uma grande diferença nas transações correntes, enquanto o déficit no período de janeiro a maio foi de quase US\$6 bilhões, o déficit acumulado para o mesmo período em 2017 foi de US\$616 milhões, uma queda bastante significativa. Desse modo, o único fator positivo na recessão é a melhora das contas externas, influenciada pela taxa de câmbio acima dos R\$3,0/US\$, o que é significativo para os padrões brasileiros, além do bom desempenho agrícola em 2017.

#### 4. Contas Públicas

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 30,7 bilhões em maio de 2017, sendo que o governo central contribuiu com déficit de R\$ 32,1 bilhões. O resultado consolidado para os primeiros 5 meses do ano é de um déficit primário de R\$ 15,6 bilhões, enquanto que, no mesmo período do ano anterior, foi um déficit de R\$ 13,7 bilhões.

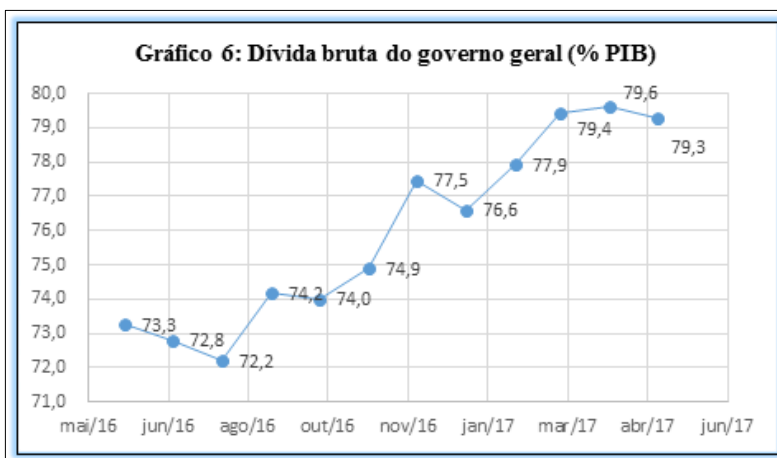
Considerando o conceito nominal, que inclui o pagamento de juros, entretanto, continua sendo um problema, com impacto relevante para as finanças públicas. No acumulado de jan a mai/17 chegou o total de pagamento de juros sobre a dívida pública atingiu a marca de R\$ 175,1 bilhões, ante um acumulado de R\$ 151,2 bilhões nos primeiros 5 meses de 2016.

Para maio, o resultado nominal, que é a soma do pagamento de juros e o resultado primário, foi deficitário em R\$ 67 bilhões e, como contrapartida, o déficit nominal em maio foi financiado majoritariamente com uma expansão da dívida mobiliária da ordem de R\$ 77,4 bilhões.

Nos cinco primeiros meses acumulado do ano o resultado nominal apresentou déficit R\$ 190

bilhões, bastante superiores ao apresentado no mesmo período de 2016, de R\$ 164,9 bilhões.

A exemplo do que vem ocorrendo ao longo dos últimos meses, a deterioração das contas públicas aprofundou-se sistematicamente, com destaque para o período que vai de jun/16 a mai/17. Como resultado, a dívida pública bruta atingiu, em maio, 79,3% do PIB (Gráfico 6). Portanto, o próprio mercado financeiro vem aumentando as apostas quanto ao não cumprimento da meta fiscal para o ano, mesmo após diversos contingenciamentos de despesas, o que obriga o governo a voltar a falar sobre aumento de impostos.



Fonte: BCB

#### 5. Internacional

. O cenário externo segue incerto e instável no mês de junho. A atividade econômica global denotou sensível melhora tanto nos EUA quanto nas demais economias centrais, a perspectiva é de leve retomada do crescimento. No entanto, a política comercial norte americana poderá impingir consequências negativas sobre o comercio internacional, em especial. A maior ameaça é a de que os EUA passem a restringir as importações provenientes de países que não mantenham reciprocidade na pretendida queda nas tarifas de importação.

O objetivo norte-americano é reduzir o seu déficit comercial que tem se intensificado pelo crescimento de 6,1% das exportações, inferior aos 7,5% de crescimento das importações ( período janeiro a abril de 2017). Por outro lado, segundo a Cláusula da Nação Mais Favorecida, que rege o comércio internacional, o que for adotado para um país deverá ser estendido a todos os demais e,

neste caso, ao aumentar a tarifa de importação de produtos oriundos da China ou México, por exemplo, emergem consequências para o mercado como um todo.

Os EUA deverão elevar futuramente as tarifas das importações originadas de países que praticam sobretaxas e outras barreiras não tarifárias. No caso específico da China, que é reconhecida por praticar política de preços subsidiados pelo governo, em especial do aço, tende a ser o alvo principal de medidas restritivas.

A projeção dos dados para o mercado de trabalho (*payroll*) para o mês de Junho é otimista. Com possível abertura de 181 mil novas vagas, acima de maio (138 mil), no entanto, com a manutenção da taxa de desemprego em 4,3%. Embora os dados possam movimentar as apostas para a subida da taxa de juros norte americana, o FED indica ao mercado que a inflação é o alvo principal a ser observado de perto pela instituição.

#### América Latina

Além dos aspectos já apontados, é esperado que a elevação da taxa de juros por parte do FED afete as economias emergentes, com a piora nas condições globais de financiamento. Por outro lado, políticas monetárias mais relaxadas continuam pelo (BoJ) e (BCE), Banco Central do Japão e Europa respectivamente, amenizam o fator anterior apontado.

Na AL, segundo identificou o Panorama Social da América Latina, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) cresce a tendência à desigualdade na distribuição de renda. Embora estável em 2015 em relação ao patamar de 2014, o ritmo de queda do coeficiente de Gini<sup>2</sup>, no período mais recente (2012-2015) reduziu-se pela metade (-0,6% equivalente anual) em comparação com o registrado entre 2008 e 2012 (-1,2% anual), diz o Panorama Social. Segundo a diretora da Cepal, é fácil compreender essa tendência, uma vez que mais da metade dos empregos na região é formada em setores de baixa produtividade, conformando um mercado de trabalho predominantemente frágil e precário.

#### Europa

A primavera francesa, processo eleitoral que transformou o cenário político francês, termina com a consagração do presidente Emmanuel Macron, obtendo mais uma grande vitória, nas eleições parlamentares. O eleitorado da França decidiu renovar mais de dois terços de sua Assembleia Nacional e, com o resultado, Macron consolidou uma maioria sólida para votar reformas delicadas, como a trabalhista. A abstenção recorde de 56,6% deve ser lembrada que o resultado das urnas está longe de ser hegemônico.

No Reino Unido, a situação da primeira-ministra Theresa May se deteriorou após o término das eleições parlamentares no início de Junho. Uma derrota por não conseguir a maioria no parlamento como planejado. Aumentando as dificuldades para a negociação e processo de saída da zona do euro (Brexit).

---

<sup>2</sup>GINI: mede o grau de desigualdade de renda da sociedade, onde quanto mais próximo de 1 mais desigual.

## *Espaço Opinião\**

### **#FicaTemer e a crise também**

Marcos Henrique do E. Santo\*

Tiago Antônio de Oliveira\*

De nada valeu o ministro e também relator do processo de cassação da chapa Dilma/Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Herman Benjamim, afirmar que não seria “coveiro de prova vida”, pois a frustração se confirmou. O também ministro Gilmar Mendes, a quem coube o voto de Minerva, lembrou que “não se substitui um presidente da República a toda hora” e “é preferível pagar o preço de um governo ruim e mal escolhido do que a instabilidade ou golpes na calada da noite”. Um pouco tarde, talvez, para reflexões de caráter republicano.

O magistrado, ao menos desta vez, optou por não aumentar a instabilidade política (em sua perspectiva) e, em entrevista à Folha de São Paulo na segunda-feira (12/06), ressaltou que parte da imprensa tentou transferir para o TSE a resolução da crise política e destacou que haveria a mesma postura caso a presidência ainda fosse ocupada por Dilma. Há controvérsias!

Para além das idiosincrasias, o que cabe destacar em mais essa página infeliz da nossa história são seus efeitos de curto prazo, sobretudo no que tange a capacidade de Michel Temer se manter na Presidência. As reformas trabalhista e previdenciária, consideradas pelo mercado como condição necessária para retomada do crescimento estão na berlinda, mais a previdenciária que exige maior quórum. A sobrevivência do atual governo deve exigir alguns esforços e tomar boa parte da agenda dos próximos meses.

Alguns pontos merecem destaque:

- a) Temer saiu fortalecido do julgamento no TSE, mas precisaria que o PSDB (estrategicamente em cima do muro) se perfilhasse definitivamente ao governo e engrossasse as fileiras contra a Procuradoria Geral da República (PGR) e o Ministério Público Federal (MPF). Rodrigo Janot, por sua vez, após apresentação da denúncia ao STF, dependeria da anuência do Congresso (342 votos) para processar o presidente. Nada fácil dado a ligação umbilical entre o PMDB e a Lava-Jato, mas nada impossível diante da imprevisibilidade da conjuntura atual.
- b) Embora vitorioso no TSE, Temer ainda gastará mais tempo nas cordas do que articulando a votação das reformas. O mercado já precificou a extensão da crise política e o dólar vem operando em alta, mantendo-se próximo à cotação de R\$ 3,30, além do aumento nas projeções de juros, refletido na alta na ponta mais longa da curva de estrutura a termo. Ao que consta, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresenta o candidato mais competitivo, ainda que seja o mais rejeitado, e arrastar essa tensão até 2018 o fortaleceria, caso a militância acredite que Lula não faria as mesmas reformas rejeitadas pela maior parte do eleitorado.
- c) MPF e a Polícia Federal (PF) são duas instituições que hoje, não oferecem qualquer horizonte de previsibilidade. Suas ações, quase sempre atabalhoadas e descoordenadas, mergulham o país em pequenas crises dentro da crise maior, haja vista a operação “A carne é fraca”. Para ajudar, o presidente da República está cercado de pessoas investigadas e, portanto, não se sabe de quem virá o próximo respingo.

Além disso, a Medida Provisória nº 784, publicada no mesmo dia do julgamento da chapa, prevê novas regras para acordos de leniência entre bancos e o Banco Central. Na prática, mesmo tendo cometido irregularidades, as instituições poderão continuar operando, diferente do caso das empreiteiras na Operação Lava-Jato.

Destaca-se ainda o fato de que os acordos poderão ser sigilosos e, de acordo com o artigo 12º da MP, os processos administrativos em andamento poderão ser suspensos ou sequer instaurados. Portanto, uma possível leitura dessa MP é de que essas mudanças seriam uma antecipação, por parte do sistema financeiro, dos efeitos deletérios do ex-ministro Antonio Palocci, sobretudo agora que foi condenado a 12 anos de prisão em regime fechado.

Se a recuperação da atividade econômica já foi retardada pelos diversos eventos aqui citados, uma crise sobre os bancos pode trazer consequências inimagináveis ao somarmos uma crise de confiança ao empocamento da liquidez e a escassez do crédito.

A caixa de Pandora da política brasileira foi escancarada de modo como nunca antes na história desse país, mas, dessa vez, ao que parece, nem mesmo a esperança parece ter restado. Seja com Temer, com diretas ou com indiretas, ninguém escapará de um terceiro ano de recuo do PIB per capita e da total destruição das instituições da República.

\*Economistas e mestres em Economia Política pela PUC-SP.

*\*os artigos desta seção visam a estimular o debate e não representam, necessariamente, a visão da equipe de redação.*

## **Expediente**

Boletim DEPE, Ano II, n.6.

**Editor responsável:** Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. da PUCSP

### **Equipe de redação:**

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

André Schneider Dietzold, economista, cientista político e mestrando em Economia Política pela PUC-SP;

Luiz Ricardo, economista e mestrando em economia política pela PUC-SP.

**Marcos Henrique do Espírito Santo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP; (Coordenador);**

Marcelo Eisenhower Farias, economista, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

Miguel Huertas, economista e mestre em economia política pela PUC-SP.

Nathalia Rocha, graduanda em economia pela PUC-SP.

Raquel Rodrigues, economista e mestre em economia política pela PUC-SP.

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em economia política pela PUC-SP.

Vicente Santos Filho, economista e mestrando em economia política pela PUC-SP.

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP)

Rua Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP

Tel. 11-3670-8516 Site [www.pucsp.br/ecopol](http://www.pucsp.br/ecopol) E mail [ecopol@pucsp.br](mailto:ecopol@pucsp.br)

**Edição elaborada com informações disponíveis até 05/07/2017.**